

O papel do Congresso na desburocratização

11 JUN 1985

GAZETA MERCANTIL

por Eliana Simonetti
de Brasília

"Nós queremos sublevar a sociedade para que ela incorpore o sentido do exercício da cidadania plena." Assim Paulo Lustosa, ministro da Desburocratização, define o sentido do trabalho de seu ministério. Para ele, a função de sua Pasta é captar anseios da sociedade nos mais diversos setores, formular propostas e encaminhá-las ao presidente da República, para que sejam tomadas providências. Ele se define como um corregedor administrativo, que pretende descentralizar as ações.

Entre os projetos já encaminhados pelo Ministério da Desburocratização nestes dois meses de governo, estão o de recadastramento eleitoral, a complementação do Estatuto da Microempresa e o "Fala Cidadão". Há, no entanto, muitos outros estudos em andamento. Está sendo feito um trabalho, por exemplo, com empresários, prevenindo a desburocratização

e desregulamentação da economia. Pretende-se desburocratizar não só as relações entre Estado e empresa, mas também as relações internas à própria empresa, e para isso está-se aproveitando a experiência da IBM, que tem tido bastante sucesso na simplificação das relações internas. Segundo o ministro, "é preciso diminuir a restrição ao ir e vir do empresário nacional e a intervenção do Estado na economia através das muitas normas, portarias, instruções e cerceamentos de toda ordem".

A derrubada das inúmeras portarias existentes que entravam o bom funcionamento das empresas pode passar por três vias. Ou a autoridade detentora da portaria é convencida de sua inutilidade e ela mesma a retira, ou o Ministério da Desburocratização emite uma portaria revogando a existente, ou é enviada uma mensagem ao Congresso Nacional que retira as restrições. Paulo

Lustosa, ex-deputado federal, dá grande valor ao trabalho do Congresso Nacional, cujo papel, segundo ele, cresceu, por ter assumido prerrogativas independentemente da lei, sem esperar uma alteração constitucional, "por exigência dos novos tempos". O ministro diz que é preciso restaurar a dignidade das leis e sugere que se crie no Congresso algo semelhante ao Instituto de Estudos Econômicos que existe nos Estados Unidos, um organismo apartidário com a função de assessorar a Casa e dar o posicionamento dela diante do estado de coisas ao fim de um ano de governo.

O ministério estuda ainda um projeto para que os encargos sociais não sejam cobrados nas folhas de pagamento das empresas. Tem estimulado a criação de órgãos de defesa do consumidor nos estados, além da criação de uma Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor. Como não executa seus planos, no entanto, Lustosa fica na expectativa de que eles sejam levados avante.

E intenção do ministro da Desburocratização promover a racionalização dos serviços judiciais. Nesse sentido, fará acontecer em Mato Grosso, ainda neste mês, um encontro de juízes, para passar para o Norte do País a experiência bem-sucedida dos tribunais de pequenas causas, só implantados no Sul até agora. Além disso, deve ser feito um convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) de assistência técnica em termos de organização e métodos, para a confecção de formulários que simplifiquem o trabalho. Tem sido estimulada também a introdução da informática na Justiça dos Estados.

Paulo Lustosa diz que seu trabalho tem encontrado alguma resistência. "Já que a burocracia favorece o tráfico de influência e a corrupção", e observa que "muitos dos que se opõem a mudanças hoje pregavam a democracia dois meses atrás, pensando que fosse fácil".